

## A CRISE NOS LARES

# Com economia fraca, desemprego corrói orçamento doméstico

Endividamento compromete quase metade da renda das famílias e limita consumo

A lenta recuperação da economia e a manutenção do alto desemprego corroem a renda das famílias brasileiras. O índice que mede o temor do desemprego voltou a subir para 57 pontos, e só não é maior que o

aferido no início de 2000. O endividamento já consome 43,19% da renda, segundo o Banco Central, e continua difícil encontrar trabalho. Quem perdeu o emprego de 2018 para cá e ainda não viu me-

lhorar do cenário busca estratégias para fechar as contas. A aprovação de reformas é a aposta dos economistas para recuperar a confiança dos agentes econômicos e mudar esse quadro. **PÁGINAS 31 e 32**

## CRISE PROLONGADA

# SEM TRÉGUA

## Economia demora a reagir, e desemprego corrói renda das famílias

CÁSSIA ALMEIDA, DAIANE COSTA  
E PEDRO CAPETTI\*  
economia@oglobo.com.br

**F**oram o ar-condicionado, o teclado, o cavaquinho e, por último, o smartphone. Deram lugar às compras de supermercado na casa de Priscilla Carlos, de 27 anos, Wagner Carlos, de 40, e dos três filhos, de 11 anos, 6 anos e 8 meses. Nos últimos cinco meses, a família de Mesquita, na Baixada Fluminense, viu a renda despencar de R\$ 3 mil mensais para zero, com a demissão dos dois no fim do ano passado.

— Ou vendíamos para comer ou passávamos fome. Chegamos ao ponto de olhar um pro outro e chorar. Os meninos têm merenda na escola. De noite, comemos feijão com farinha. Não tem arroz — diz Priscilla, demitida de uma empresa de serviços gerais.

Os economistas não são os únicos a projetar uma economia mais fraca este ano — do avanço de 2,5%, estimado no início de 2019, para 1,7% agora. Com a demora de sinais de melhora no mercado de trabalho, a insegurança aumenta nas famílias após mais de quatro anos de alto desemprego e renda estagnada.

O medo do desemprego, que chegou a cair com a expectativa do novo governo, voltou a subir para 57 pontos, de acordo com pesquisa da Confederação Nacional da Indústria (CNI). O indicador só foi maior no início dos anos 2000 — o levantamento é feito desde 1996 —, logo após a desvalorização cambial que fez a economia estagnar no ano seguinte. Entre os que ganham menos, como a família de Priscilla e Wagner, esse medo sobe para 68 pontos. A média histórica é de 49,9.

### NECESSIDADE DE REFORMAS

Para analistas, a perspectiva de reformas como a da Previdência e a tributária, que podem melhorar as contas públicas e aumentar a confiança dos empresários para investir, pode significar uma luz no fim do túnel do mercado de trabalho. Desde que o Brasil registrou a menor taxa de desemprego, de 6,2% no último trimestre de 2013, o índice dobrou e não cede. O país já tem 13,4 milhões de desocupados, 7,4 milhões a mais que no fim de 2013.

— O Brasil tem que fazer as reformas sim, mas sem perder o olhar para desigualdade. Tem que resolver a questão fiscal e

sair dessa situação de incerteza, para dar um choque de confiança e reativar o mercado de trabalho — diz Marcelo Neri, diretor da FGV Social.

Ele lembra que o mercado de trabalho chegou a recuar seis anos em seis meses e que o bem-estar (indicador que une desemprego e desigualdade) desceu a ladeira após 2014:

— Estamos num momento pior que antes de 2012. O PIB teve alguma retomada (a economia cresceu 1% em 2017 e em 2018), mas, no índice de bem-estar, houve perda.

O desemprego derrubou a qualidade de vida na casa de Irani Pacífico e Ednaldo Moraes. Ela foi dispensada do emprego de vigilante há dez meses e se juntou às três filhas, de 20, 26 e 31 anos, todas desempregadas. Ednaldo, que trabalha na construção civil, é o único salário da casa. A renda da família caiu de R\$ 4 mil para R\$ 1.800 por mês. Agora, eles têm que decidir quem sai para procurar emprego. Não há dinheiro para a passagem de ônibus para as quatro desempregadas ao mesmo tempo.

— Compras no mercado, luz, gás e água não podem faltar. Cartão de crédito, com juros, pode esperar. A gente balanceia uma, balanceia outra, e vai vivendo — diz Ednaldo.

Com a crise no mercado de trabalho, a massa de renda dos trabalhadores não cresce desde novembro, afetando o con-



sumo. Quase metade do orçamento das famílias está comprometido com dívidas. São 63 milhões de inadimplentes, afastados do crédito.

Com o poder de compra comprometido, a indústria, que historicamente elegia a alta carga tributária como o principal problema, começa a

ver a demanda insuficiente como o principal entrave aos negócios. Foi essa a leitura de quase 40% dos empresários industriais em março, de acordo com a sondagem da indústria da CNI.

— Os que estão empregados estão vendo que não está fácil conseguir se recolocar. Soma-

se a isso a ausência de boas notícias na atividade econômica — diz Marcelo Azevedo, economista da CNI. — As empresas estão com estoque acima do planejado. A situação financeira, que vinha melhorando aos poucos, voltou a piorar. Há vários sinais preocupantes para atividade, produção e utili-

zação de capacidade instalada.

Os profissionais de maior renda não escapam do desemprego. A advogada Maria Ângela Teixeira, 50 anos, e o engenheiro civil Julio Cesar Smiderle, 56, tiveram que cortar boa parte dos gastos após a demissão dele de uma empresa de construção civil, em janeiro de 2018: reduziram gastos com lazer, instalaram kit gás no carro, trocaram a viagem a Fortaleza por Petrópolis.

Julio já tentou ser motorista de aplicativo e vendedor de plano de saúde. Não conseguiu entrevista na sua área. Depois que a renda caiu de R\$ 15 mil mensais para R\$ 5 mil, parou de contribuir para o INSS, o que o faz ficar preocupado com a aposentadoria no futuro:

— Dá uma preocupação, mas entre o amanhã e o hoje, penso primeiro no hoje.

Embora a inflação siga sem ameaçar a meta do Banco Central, de 4,25% ao ano, a alta de 2% dos alimentos em março, a maior desde junho de 2018, faz diferença no cotidiano de quem está no aperto há muito tempo. Em 12 meses, o tomate subiu 28,5%. Batata e feijão carioca saltaram 91% e 135%, respectivamente. Também subiram energia elétrica, combustíveis e transporte público.

Segundo Silvia Matos, economista da Fundação Getúlio Vargas, a satisfação com a situação atual, medida pelas sondagens do consumidor, praticamente não cresceu após o fim da recessão em 2016.

— As famílias viram que a melhora foi pouca, porque o desemprego continua alto e, nos primeiros meses do ano, a inflação dos alimentos, que tem peso maior no orçamento das famílias mais pobres, voltou a subir. Alta de preços de alimentos e do desemprego é uma composição muito desfavorável às famílias.

#### **COLCHÃO DE TRANSFERÊNCIAS**

De acordo com dados da Tendências Consultoria, as classes D/E, que concentravam 51,9% das famílias em 2014, passaram a representar 55,4%. Já a parcela da Classe C caiu de 28,7% para 26,1%. E a desigualdade persiste. A renda na Classe C ficou estagnada e nas classes D/E caiu 0,5%. Na Classe A, subiu 7%.

— Essa divisão de classes de 2014 só deve voltar em 2023, 2024. Não vai ter o boom de comércio e serviços, que crescia o dobro do PIB e impulsionou a Classe C. Esse panorama não veremos mais — diz Camila Saito, da Tendências.

Na casa de Wagner, que teve que vender os instrumentos para comer, a aposentadoria da mãe dele, Vera Lúcia, ajuda nas compras do mês. E a família entrou com pedido para receber o Bolsa Família.

— Minha sogra dá dinheiro para comprar passagem e comida para as crianças. É um anjo que caiu do céu — diz Priscilla, mulher de Wagner.

Para o sociólogo Elimar Nascimento, da UnB, os efeitos de uma crise prolongada seriam maiores sem o colchão de transferências do governo e a solidariedade.

— Não apaga a situação de penúria, mas reduz o sofrimento cotidiano — diz Nascimento, acrescentando que maior dano da atual estagnação é coletivo. — Há um esgarçamento do tecido social, do coesão social, e uma descrença nas instituições.

\* Estagiário sob supervisão de Daiane Costa





### *Só não venderam o violão*

Priscilla Carlos, de 27 anos, e Wagner Carlos, de 40, tiveram de se desfazer de vários objetos pessoais depois de perderem o emprego. Venderam, inclusive, os instrumentos de Carlos, que também é músico. Só sobrou o violão



### *Esforço para pagar prestação*

Sem emprego desde 2018, a maior preocupação do engenheiro civil Julio Cesar Smiderle, de 56 anos, foi manter a prestação do apartamento em dia. A vida com a mulher, a advogada Maria Ângela Teixeira, mudou: menos gastos com lazer



### *Dinheiro só para uma buscar vaga*

Irani Pacífico (com jarra), 48 anos, e as três filhas estão desempregadas. A família só conta com o salário do marido dela. A comida na mesa mudou, e só há dinheiro para a passagem de ônibus de uma delas na busca por emprego

# Inadimplência alta e dívidas limitam os gastos dos brasileiros

Endividamento volta a subir e já compromete 43,19% do orçamento. Consumidores tentam limpar o nome

CÁSSIA ALMEIDA, DAIANE COSTA  
E JOÃO SORIMA NETO  
economia@oglobo.com.br  
RIO E SÃO PAULO

**E**m 2016, no auge da recessão, Silvia Geni de Almeida, de 52 anos, foi demitida. Mesmo com curso superior e 20 anos de experiência em vendas, teve dificuldades para encontrar outra vaga. O marido dela ficou sem trabalho na mesma época. A renda da família, que girava em torno de R\$ 7 mil mensais, foi reduzida a R\$ 1,9 mil da pensão do filho adolescente de Silvia, paga pelo ex-marido. O jovem teve que trocar a escola particular pela pública, e o casal resolveu usar o que recebeu na rescisão para abrir um restaurante com um amigo. Do empreendimento, só restaram dívidas.

— Quando isso aconteceu, tivemos de escolher entre pagar as contas ou comer. Resolvemos comer. Estou até hoje com o nome sujo — diz Silvia, cuja família vive em uma casa alugada na Vila dos Ferrovários, na Lapa, na capital paulista. Este ano, o ex-marido dela foi demitido, após 27 anos na mesma empresa, e reduziu a pensão do filho à metade.

## CIRANDA FINANCEIRA

Como o desemprego não cede, o endividamento voltou a crescer no Brasil e já atinge 43,19% da renda das famílias, segundo o Banco Central. Esse patamar é o mesmo de agosto de 2016, o pior ano da crise. O número de pessoas com dívidas atrasadas, como Silvia, chegou a 63 milhões

em março, de acordo com a Serasa Experian. Com a renda média real estagnada há quase dois anos, as famílias têm dificuldades para se desvencilhar das dívidas, o que limita as chances de novas compras. Quem já está com o nome sujo, não tem acesso ao crédito para adquirir bens e serviços.

— Quem fica na situação de inadimplência, além de ter restrições ao crédito, acaba entrando numa ciranda financeira para pagar as dívidas, afunda o orçamento e restringe o consumo — diz Miguel Ribeiro de Oliveira, diretor de pesquisa econômica da Associação Nacional dos Executivos de Finanças (Anefac).

A economista Silvia Matos, do Ibre/FGV, observa que a crise prolongada afeta os cus-





EDILSON DANTAS

**Nome limpo.** Carlos Pereira negociou dívidas e vai comprar carro financiado

tos do crédito para todos:

— Como o desemprego está alto, os bancos ainda veem muito o risco de emprestar dinheiro. Por isso, apesar de a Selic (taxa básica de juros) estar em seu mínimo histórico, os bancos não reduziram os juros ao consumidor.

Para voltar ao crédito, a saída é negociar. O vendedor Carlos Costa Pereira, de 33 anos, ficou desesperado quando viu

seu nome entrar na lista de inadimplentes, no ano passado, ao se afastar do trabalho por causa de um acidente. Este ano, de volta às comissões das vendas, decidiu sair do vermelho renegociando as dívidas atrasadas, que somavam R\$ 3 mil, numa plataforma digital. Obteve desconto de quase 80% na dívida e pagou R\$ 700.

Hoje, com o nome limpo, ele põe as finanças em ordem e se

prepara para comprar um carro financiado num consórcio:

— Decidi negociar porque a situação estava muito ruim. Fiquei sem cartão de crédito e tinha que usar o da minha mãe, que é aposentada, para comprar remédios para minha avó. Peguei dinheiro emprestado para comprar material escolar da minha filha.

A procura por plataformas digitais de negociação de dívida está aumentando. Na Acor-do Certo, foram feitos, só neste ano, 391 mil acordos, mais da metade dos 600 mil feitos em todo o ano passado. Na Blu365, o número de acessos por mês saltou de 500 mil em 2018 para 1 milhão este ano.

Uma das razões apontadas pelos especialistas é a entrada em vigor do Cadastro Positivo automático, em julho, uma espécie de selo de bom pagador. Quem tiver nota positiva terá acesso mais fácil ao crédito e a juros mais baixos. Quanto mais tempo na lista de inadimplentes, pior a nota.

— O Cadastro Positivo automático vai gerar uma oferta de crédito mais inteligente. A expectativa é que os juros na ponta do consumidor caiam porque o risco de inadimplência também vai diminuir. Mas isso ainda levará algum tempo — explica Vivian Moraes, gerente jurídica do Serviço de Proteção ao Crédito (SPC).

# Crise empurra 1 milhão de famílias para classes D e E

Com mais gente na base da pirâmide social, segmento mais pobre da população vai consumir R\$ 450 bi este ano, prevê estudo

CÁSSIA ALMEIDA  
E DAIANE COSTA  
economia@oglobo.com.br

**A** crise prolongada vai levar quase um milhão de famílias a engrossar as classes D/E este ano, a mais baixa na pirâmide de renda, de acordo com estudo inédito do IPC Marketing. Pelas estimativas do economista Marcos Pazzini, diretor do IPC e responsável pela pesquisa, vão descer um degrau de classe econômica,

988,472 mil lares para a faixa de rendimento médio domiciliar de até R\$ 708 mensais, o que representa queda de 58% em relação à classe superior, a C. Com isso, o consumo nesse segmento é o que mais vai crescer este ano, nas contas de Pazzini. A alta será de 14,2%, contra 7,2% da classe A.

O segmento mais pobre injetará R\$ 450 bilhões na economia em 2019, segundo as previsões. Pouco abaixo do

consumo da classe A, que será de R\$ 595 bilhões. A diferença é que a classe A concentra 1,47 milhão de famílias, o que representa apenas 8,6% do contingente da classe D/E, com seus 17,12 milhões de domicílios.

## MAIS MICROEMPRESAS

De acordo com a pesquisa, haverá queda no número de domicílios nas classes C, B e A. Somente na base da pirâ-

mide de renda haverá aumento no número de famílias, indicando empobrecimento.

— O crescimento maior do consumo das classes D/E virá principalmente do aumento no número de famílias — afirma Pazzini.

Apesar da piora das projeções de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), o estudo mostra que o potencial de consumo do Brasil este ano deve crescer 2,7%,

para R\$ 4,7 trilhões, já com o desconto da inflação. Pazzini diz que o desempenho do consumo das famílias tem melhorado, mesmo com a recuperação lenta:

—No ano passado, o consumo das famílias cresceu quase o dobro do PIB, 1,9% contra 1,1%. Em 2017, tinha empatado e, em 2016, teve queda superior à do PIB. O consumo se recupera. Há um movimento grande de criação de microempresas no país. Subiu quase 13% este ano, com a criação de pessoa jurídica no lugar do emprego formal.

Pazzini refere-se a 10,4 milhões de microempresas no país, número já 12,4% maior que o registrado em 2018. As pequenas também cresceram. Eram 20,2 milhões no ano passado, número bem superior aos 18 milhões de 2016.

O aumento do consumo será majoritariamente em

bens de primeira necessidade, segundo o estudo. Os gastos com manutenção do lar, que são as despesas com água, luz, aluguel, telefone e gás, concentram a maior parte dos R\$ 4,7 trilhões previstos. São 39,1% do orçamento das famílias destinados a essas despesas. Em 2014, eram 35,1%.

Apesar de a inflação ter subido no início do ano, pressionada pelos alimentos, os preços de legumes, verduras e frutas devem cair e dar uma folga no orçamento das famílias, esperam os economistas.

—A queda da inflação forte de alimentos em 2017 deu um alívio numa situação econômica frágil, que permanece. A partir de maio, as famílias devem ter alívio no bolso, pois os preços dos alimentos tendem a se acomodar —diz Silvia Matos, economista da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Para Marcelo Azevedo, da Confederação Nacional da Indústria (CNI), a mudança de humor dos consumidores na última sondagem feita pela entidade ainda não é uma tendência consolidada.